

Entrevista

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/bttu-fbfq>

* ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0004-1646-3306>

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal.

** ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7944-8363>

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, História, Território e Comunidades/Centro de Ecologia Funcional (HTC/CFE). Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1070-312 Lisboa, Portugal.

nati.monteiro@netcabo.pt

rosario.barardo@gmail.com



Entrevista à Major-General Ana Baltazar

MARIA DO ROSÁRIO BARARDO* | NATIVIDADE MONTEIRO**

Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar é Subdirectora da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e a primeira mulher a ser promovida ao posto de Major-General da Força Aérea Portuguesa. Entrou no quadro permanente, em 1991, na especialidade de Engenharia Aeronáutica, área em que se licenciou em 1998. No Instituto Superior Técnico estudou Engenharia Aeroespacial, ramo Aeronaves, ao abrigo do convénio com a Academia da Força Aérea. Fez a dissertação de Mestrado, em 2008, sobre “Estudos da Paz e da Guerra. Espaço (satélites)”, na Universidade Autónoma de Lisboa, e concluiu o doutoramento, em 2020, com a tese “Erro Humano e Erro Organizacional em Atividades de Manutenção Aeronáutica”, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Entretanto, frequentou vários cursos na

NATO School e, em 2021, fez o curso de Promoção a Oficial General, Ciências Militares. Ao longo da sua carreira militar desempenhou funções diversas, destacando-se as de docente na Academia da Força Aérea, representante do Comando da Logística da Força Aérea na OGMA, chefe da missão de formação militar da União Europeia em Moçambique e adida de Defesa em Berlim. Foi condecorada com o grau de Dama (DmA) da Ordem Militar de Avis e foram-lhe atribuídas duas Medalhas de Mérito Militar: a Medalha de Serviços Distintos e a Medalha de Comportamento Exemplar (EMFA, 2024; Lusa, 2024; MDN, 2021). Em 2013, publicou em co-autoria, o livro *A Transformação do Poder Aeroespacial – Tendências Internacionais e as Operações Expedicionárias da Força Aérea* (Vicente et al., 2013). Recebeu-nos amavelmente no Ministério da Defesa Nacional, para a entrevista concedida a *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*.

Entrou na Força Aérea aos 18 anos, onde se licenciou em Engenharia Aeronáutica. Porquê a escolha de uma carreira militar e a opção pelo ramo da Força Aérea? Houve influências familiares ou outras nessa decisão?

Sem certeza no que afirmo, pode ter havido duas influências: uma relacionada com a proximidade com a Base Aérea de Monte-Real (eu sou da Figueira da Foz onde o ruído dos jactos sempre se ouviu); e outra com o facto de o meu pai ter sido voluntário na FAP (talvez uns cinco anos antes de eu nascer) e falar constantemente nessa “outra” vida.

Mas a escolha pela carreira militar, de forma objectiva, não foi idealizada. Na verdade, foi uma circunstância da vida associada ao que eu julgo ser “ter perfil militar”. À medida que ia passando os testes para entrar, ia fazendo também sentido para mim aquele ambiente. Acresce que a convivência em “colégio” (“internato” na Academia da Força Aérea) também era do meu agrado e lembrava livros que tinha lido como os das “Gémeas” ou do “Colégio das Quatro Torres”.

Curiosamente a Academia, principalmente no primeiro ano, era bastante rígida e a opção por seguir este caminho chega a parecer um contra-senso. De facto, quando se pode conquistar uma certa liberdade (saída de casa dos pais para as Universidades), mudamo-nos para um “conceito”, no mínimo, diferente. Mas esse conceito tem muito mais do que uma “limitação

de movimentos”. Tem exigência que nos faz crescer. Tem camaradagem que nos faz acreditar em nós e nos outros.

Quantas jovens mulheres entraram consigo na Academia da Força Aérea? Mais tarde, já como docente, notou ou não um aumento de estudantes do sexo feminino?

No meu ano, entrámos seis, mas já estava a Paula Costa no quarto ano e a Diná Azevedo no segundo. Éramos francamente poucas na Academia.

Mais tarde, como docente, fui notando um acréscimo. Na minha engenharia, curiosamente, somos algumas (25% no activo são mulheres, acima da média da FAP). Mas, nos médicos e nos juristas, as percentagens serão maiores.

Durante o curso de licenciatura passou pelo Instituto Superior Técnico e, mais tarde, pela Universidade Autónoma de Lisboa para fazer o Mestrado e pelo ISEG para se doutorar. Quais as diferenças que notou entre o ambiente académico militar e o civil, a nível das relações sociais entre os sexos e da solidariedade entre colegas?

A grande diferença pode estar no sistema de internato na Academia da Força Aérea. Passamos muito tempo juntos/as em situações de dificuldade física e psicológica. Os laços que se criam são enormes e ficam para a vida. Naturalmente que, em situações de esforço físico, não somos todos iguais, mas apoiávamo-nos e as diferenças não eram um problema, nem uma questão. Eu penso que todos/as viam o nosso desempenho, a nossa absoluta dedicação. Por vezes, penso que éramos nós próprias a impor-nos “não sermos diferentes”. Este talvez seja um ponto que nós, mulheres, temos de trabalhar. Há diferenças, nomeadamente biológicas, que têm de ser assumidas e consideradas.

Mas no IST, num curso onde também havia mais homens que mulheres, a questão de género não era nada relevante. O “melhor aluno” era mulher. Na UAL e no ISEG também não senti diferença. Quero acreditar que no mundo académico, onde “só” a nossa capacidade intelectual deverá contar, entre pares, não há discriminação.

Na sua perspectiva, a camaradagem e o espírito de grupo cultivados no meio militar e que prevalecem para toda a vida são uma realidade ou um mito?

São e têm de ser uma realidade. Os/as militares são treinados/as para defender o país. A confiança no outro é essencial para a sobrevivência. Naturalmente que pode ser mais ou menos entendido consoante as próprias fases da vida militar. Mas temos de confiar que prevalece e só assim faz sentido. De qualquer das formas, e porque agora trabalho no Ministério da Defesa Nacional, com civis e militares, essa camaradagem e esse espírito de grupo estão de tal forma enraizados que, acredito, também são transmitidos para os/as civis.

No seu percurso militar e nos altos cargos que exerceu a nível nacional e internacional, alguma vez sentiu resistência ou discriminação por ser mulher?

Naturalmente que não é tudo fácil, pelo que a resposta não pode ser linear. Sinto fundamentalmente três coisas: primeiro, na Força Aérea, pelo menos nos/as oficiais (temos, também, sargentos e praças), não há a questão de ser homem ou mulher, em matéria de desempenho profissional (já houve situações que eu penso que até poderiam ter sido mais aproveitadas pela FAP, mas, eventualmente, para evitar discriminação positiva, não o foram); segundo, no geral, ser mulher parece implicar ter de falhar menos porque o erro é empolado; terceiro, há alguma tendência para podermos não ser totalmente nós e tentarmos ser um pouco como os homens nas questões de atitude (e.g., evitarmos ser emotivas). Naturalmente que o último ponto pressupõe que há características femininas e masculinas e que as primeiras são associadas às mulheres e as últimas aos homens (não necessariamente verdade).

No início da carreira, e porque sou engenheira, o trabalho na manutenção com militares experientes e muito mais velhos teve as suas vicissitudes, agravadas pelo facto de ser jovem e mulher em ambiente, dito, mais masculino. Mas também tive, nessa época, no mesmo grupo, quem me ajudasse quase que numa atitude paternalista. Mas evoluiu-se e penso que tudo se estranha menos.

No cargo que actualmente ocupo houve quem perguntasse “porquê”, insinuando que se tratava de uma escolha essencialmente associada ao sexo feminino. Acredito que isto se passe menos com os homens.

Mas a questão da parentalidade e da conciliação ainda pode ser um factor de discriminação (que não me afectou, mas que eu tenho de me esforçar para não afectar outras mulheres e outros homens). No sector público, não se colocando a questão de diferentes salários, penso que ainda se questiona, erradamente, o comprometimento profissional quando se tem de dar apoio à família.

Hoje temos mulheres em várias funções nos três ramos das Forças Armadas. Em sua opinião, qual o carácter distintivo que as mulheres podem imprimir às funções militares?

Primeiro que tudo, e acima de tudo, as mulheres trazem diversidade. A diversidade é essencial, e o facto de as chefias terem um maior leque de escolha só pode ser benéfico. As questões relacionadas com características ditas femininas fazem cada vez menos sentido. Nós sabemos ser assertivas e há homens igualmente sensíveis.

Em segundo, provavelmente, pode ainda ser factor de distinção termos alguma capacidade de nos concentrarmos em várias tarefas ao mesmo tempo, mas também isso poderá ser uma falácia. Por isso, não se trata de nada em concreto, porque cada vez é mais difícil associar isto ou aquilo a mulher ou homem; mas trata-se de abrir o leque de escolha, ou seja, a tal diversidade. Porque, se todos os níveis da organização são compostos por mulheres e homens, também em todos os níveis de tomada de decisão se justifica esta representatividade. Inclusive nos mecanismos de negociação de paz, em que os níveis de representação se revelam aquém das expectativas, porquanto a participação feminina aumenta as perspectivas de estabilidade a longo prazo.

As mulheres têm feito parte de contingentes militares portugueses que actuam em países em guerra, em processos de estabelecimento da paz ou em exercícios conjuntos das forças da NATO. Como encara a participação das mulheres nos teatros da guerra?

As mulheres vão, tal como os homens, para missões no estrangeiro. Estivemos, por exemplo, no Iraque e no Afeganistão. Estamos na Eslovénia, na Roménia... A participação é essencial porque faz parte da condição militar

e porque, em alguns contextos, contribui muito para a missão. Existem situações em que, por um lado, para lidar com sectores da população desses países, é preciso ter mulheres militares; por outro, o exemplo que se dá é importante e empodera as restantes. Mas não nos podemos esquecer de que, por vezes, não é fácil termos mulheres em missões na quantidade que se poderia desejar. Primeiro, somos 15% nas Forças Armadas; segundo, as mais novas poderão estar na situação de querer ser mães, ou estarem grávidas ou terem filhos pequenos. Daí que, no que é possível, cuidar do apoio familiar é essencial. Conheço mães militares, nomeadamente uma com três filhos pequenos, em que isso não foi impeditivo de ir para missão.

Será precisamente quando se está deslocalizado (estrangeiro ou não) que, para mim, a questão da parentalidade e da conciliação é determinante.

Como militar ao serviço do país, considera-se defensora da via pacifista ou militarista na resolução de conflitos internacionais?

No mundo ideal, não teríamos guerra. Assumindo a existência de conflitos/guerra, num mundo perto do ideal, resolveríamos tudo através da diplomacia, do diálogo. Mas o mundo não é assim e, por isso, acredito que, infelizmente, alguns conflitos só se resolvem pela “via militarista” com essa forte componente diplomática. Desejavelmente, a acção bélica será sempre de evitar, mas, quando usada, sê-lo-á com o intuito de proteger vidas e assegurar a segurança internacional.

Mas, pensando no papel das Forças Armadas, não nos podemos esquecer de que vai muito além de acções de combate; inclui também acções em missões humanitárias e de emergência, de busca e salvamento, de estabilização e recuperação, entre outras.

No momento em que nos confrontamos com tantas guerras e tanto se fala em reforçar os meios militares de defesa da Europa, mas também das resistências que alguns sectores sociais e políticos colocam a esta corrente de opinião, a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional tem algum projecto educativo para sensibilizar os jovens para a importância da defesa nacional e europeia?

Não obstante não se constituir missão primária da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, entendeu-se investir na comunicação nas redes sociais e inclusive na criação, em 2023, do primeiro *podcast* da Defesa, com o objectivo de fomentar o conhecimento e a literacia de Defesa, estabelecer diálogo para um pensamento conjunto sobre a Política de Defesa Nacional e trocar experiências, desenvolvendo activamente a institucionalização e internacionalização, em todo o espectro de acção interna e externa, de temas como a Igualdade, Não Discriminação, Conciliação, Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), Prevenção e Combate a todas as formas de Violência, entre outros. Um dos episódios, com jovens, e para esse fito, foi exclusivamente dedicado à *Juventude e Defesa Nacional, desafios, dificuldades, oportunidades e boas práticas nacionais e internacionais, com foco no âmbito da Igualdade/integração da Perspetiva de Género*.

Gostaríamos que nos falasse do Plano Sectorial da Defesa Nacional para Igualdade 2022-2025.

A Igualdade e a Agenda Mulheres, Paz e Segurança permeiam todas as áreas de trabalho da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, incluindo o cumprimento do adstrito na sua Diretiva para a Igualdade de Género e no Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (PSDNI), norteados pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade – da Agenda 2030 das Nações Unidas, e articulados com as estratégias nacionais e internacionais nesta matéria. Para a dinamização deste Plano integra igualmente a Equipa Interdepartamental do MDN para a Igualdade. Das 47 medidas a serem cumpridas entre 2022 e 2025, em quatro eixos de acção, para os quais convergem quatro objectivos estratégicos, a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional encontra-se envolvida em aproximadamente metade, com um pendor muito vincado no eixo de acção MPS, através do planeamento estratégico, das relações externas de Defesa, da área da comunicação, da capacitação dos países parceiros africanos. Em resultado podemos salientar, por exemplo, o reconhecimento pela Comissão Europeia do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para a implementação da RCSNU 1325 (2000) sobre MPS – de iniciativa nacional e em que a DGPDN integra Grupo de Trabalho –, como uma boa prática, assim como a acção específica da assessoria de Cooperação no Domínio da Defesa Portuguesa, que apoiou,

em Cabo Verde, a criação de um Plano de Ação Setorial daquele Ministério da Defesa Nacional para a inclusão da perspectiva de género e para a implementação da RCSNU 1325 sobre MPS, em 2023.

Tem alguma figura que seja para si uma referência?

Eu diria que tenho várias figuras que são referências para mim. Ao longo da minha vida cruzei-me e cruzei-me com pessoas extraordinárias em diferentes níveis. Por exemplo, admiro todos/as aqueles/as que renascem em situações adversas ou que simplesmente têm a coragem de mudar; admiro aqueles/as que têm a capacidade de se dar aos outros; admiro aqueles/as que intelectualmente são surpreendentes e, ainda assim, são “conversáveis”; admiro todos/as aqueles/as que deixam marcas no mundo (mesmo que nos pareçam pequenas); admiro todas as pessoas que se esforçam para mudar o mundo para “melhor” (mais pacífico, mais tolerante, mais sustentável e saudável).

Nestes grupos estão muitos/as. Estão a Madre Teresa de Calcutá, o Papa Francisco, Martin Luther King Jr, Malala Yousafzai... mas tantos outros/as... os/as que resistiram ao Holocausto... e a todas as guerras. Os/as que lutam pela nossa liberdade.

Em termos nacionais, e olhando para o meio onde me encontro, não posso deixar de mencionar Brites de Almeida... e, inevitavelmente, as enfermeiras paraquedistas. Foram absolutamente extraordinárias e de uma coragem ímpar.

Depois tenho quem me inspire em termos de leituras e de escritos. O enorme Fernando Pessoa desassossega-me com o *Livro do Desassossego*, o grande Saramago abre-me a alma com *Ensaio sobre a Cegueira* e, de agora, o Walter Hugo Mãe, com o seu *filho de mil homens*, devolveu-me a vontade de escrever.

Que mensagem gostaria de deixar às jovens portuguesas em idade de escolherem uma via profissional e definirem o seu futuro?

Eu gostaria de passar uma mensagem de absoluta esperança para as jovens portuguesas. Sejam aquilo que quiserem ser, mas sem um esforço de se moldarem ao que julgam ser o “correcto”, ao que “parece bem”. Sejam livres nas vossas escolhas, escolham o que querem. Ouçam-vos a vós mesmas.

Pensem. Até mesmo na questão da parentalidade. As leis mudaram, as mentalidades (quero acreditar) estão a mudar. Os homens assumem mais o seu papel de pais. E vocês serão o que entenderem ser, mas de forma pensada e, preferencialmente, consciente.

Há tanto para fazer neste mundo que cada uma de nós não deverá ser apenas mais uma. Ainda que o “fazer” possa parecer pouco e possa parecer não fazer diferença, fará sempre. Não passemos por este mundo sem deixar alguma marca.

REFERÊNCIAS

- EMFA (2024, 22 de Outubro). *Força Aérea promove primeira mulher a Major-General. Estado-Maior da Força Aérea*. <https://www.emfa.pt/noticia-4802-forca-aerea-promove-primeira-mulher-a-majorgeneral>
- Lusa (2024, 22 de Outubro). “Acto histórico”. Força Aérea promove primeira mulher ao posto de major-general. *Público*. <https://www.publico.pt/2024/10/22/sociedade/noticia/acto-historico-forca-aerea-promove-primeira-mulher-posto-major-general-2108939>
- MDN (2021, 25 de Agosto). *Coronel Ana Baltazar assume funções como Subdiretora da DGPDN*. Ministério da Defesa Nacional. https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias_fa/Paginas/Coronel-Ana-Baltazar-assume-funcoes-como-Sub-diretora-da-DGPDN.aspx
- Vicente, J., Baltazar, A., Nogueira, J., & Leitão, F. (2013). *A transformação do poder aeroespacial. Tendências internacionais e as operações expedicionárias da Força Aérea*. Fronteira do Caos.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 27/01/2025

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0) / This journal is licensed under a Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0) license

